

Problemata - Revista Internacional de Filosofia

Declaração de Direito Autoral

Autores que publicam nesta revista concordam com os seguintes termos:

Autores mantêm os direitos autorais e concedem à revista o direito de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a Licença Creative Commons Attribution que permite o compartilhamento do trabalho com reconhecimento da autoria e publicação inicial nesta revista.

Autores têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não-exclusiva da versão do trabalho publicada nesta revista (ex.: publicar em repositório institucional ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial nesta revista.

Autores têm permissão e são estimulados a publicar e distribuir seu trabalho online (ex.: em repositórios institucionais ou na sua página pessoal) a qualquer ponto antes ou durante o processo editorial, já que isso pode gerar alterações produtivas, bem como aumentar o impacto e a citação do trabalho publicado (Veja O Efeito do Acesso Livre).

Fonte:

<https://periodicos.ufpb.br/index.php/problemata/about/submissions#copyrightNotice>.

Acesso em: 16 jun. 2016.

Acerca da existência de pensadoras no Brasil e na América Latina

About the existence of women thinkers in Brazil and Latin America

Ana Míriam Altmayer Wuensch*

recebido: janeiro/2015
aprovado: fevereiro/2015

Resumo: Neste texto, procuramos pelas pensadoras latino-americanas, com ênfase nas pensadoras brasileiras. O pensamento de autoria feminina abre-se para um campo multidisciplinar; nele reconhecemos um protagonismo revelador de identidades femininas reflexivas exemplares. Buscamos fazer um inventário inicial da reflexão protagonizada por mulheres, entre nós, e constatamos a necessidade de uma obra de referência que se dedique exclusivamente ao pensamento delas, no contexto latino-americano e brasileiro, para evitar que a marginalização da produção filosófica feminina se dissolva no problema mais geral do desaparecimento da filosofia latino-americana. Dialogamos com o *Diário de um Filósofo no Brasil*, de Julio Cabrera, perguntando por categorias capazes de revelar as nossas pensadoras, em suas singularidades e diferenças. Neste sentido, apresentamos duas categorias, abrangentes e inaugurais: párias e exiladas, recuperando, para os nossos

* Ana Míriam Altmayer Wuensch. Licenciada em Filosofia pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM/RS), Especialista em Fenomenologia pela Universidade de Brasília (UnB/DF), e Mestre em Filosofia Política pela Universidade Federal de Goiás (UFG/GO). Professora do Dep. de Filosofia da UnB desde 1995, ocupa-se com a formação de professores para o ensino de filosofia, em diversos níveis educacionais. Estuda filosofia para crianças desde 1989, tendo publicado um livro didático para adolescentes em parceria com Angélica Sátiro - *Pensando Melhor, Iniciação ao filosofar* (Saraiva, 1ª ed.1997, ed. reformulada 2003) - entre outros artigos e cursos sobre o tema. Em diversos cursos de extensão pelo Fórum Permanente de Professores, Interação Ensino Médio do CESPE (UnB/DF) entre 1997- 2005, assim como em eventos e disciplinas de Graduação e Pós-Graduação Lato Sensu, tem buscado apresentar bibliografia e temáticas que incluam as pensadoras no debate filosófico. Desde 2001 coordena o projeto/linha de pesquisa "Pró-memória das filósofas".

propósitos, algumas reflexões de Flora Tristán, Hannah Arendt e María Zambrano.

Palavras chave: Pensadoras, América Latina, Identidades femininas, Diário de um filósofo.

Abstract: In the present paper, we look for Latin-American women thinkers and Brazilian in particular. The philosophical thought produced by women displays a multi-disciplinary field of research where exemplar feminine identities are revealed. We look for a first inventory of philosophical reflection made by women and we became aware of the need of elaborating works of reference specifically devoted to this sort of reflection, in order to prevent that the problem of marginalization of women could be dissolved into the wider problem of the disappearance of Latin-American philosophers in general, as approached by Julio Cabrera's "Diary of a philosopher in Brazil", allowing a fruitful dialogue with this book. In this direction we present two wide and inaugural categories – "pariah" and "exiled" – in reference to some thinkers as Flora Tristan, Hannah Arendt and Maria Zambrano.

Keywords: Women thinkers, Latin America, Feminine identities, Diary of a philosophe.

Introdução

Este texto foi escrito a pedido de Julio Cabrera, com quem há tempos dialogo, de variadas maneiras, e por meio de diversos temas, sobre a questão do *estatuto das mulheres no cânone filosófico* – seja como objeto do filosofar masculino, muito claramente, mas também buscando reconhecer identidades femininas protagonistas do filosofar, em diferentes áreas dos saberes e das práticas culturais, científica, artística, educacional, política, e religiosa, entre outras. Com a publicação do *Diário de um Filósofo no Brasil* (2010), Julio Cabrera oferece uma autobiografia intelectual pródiga em distinções e categorias que permitem colocar a minha própria questão, e os problemas dela derivados, em termos que animam uma interminável conversa que um dia começamos. O *Diário* opera em meu texto um efeito revelador sobre a direção do que busco e sobre a minha leitura do *Diário*. Ela me motiva a tentar um inventário de pensadoras brasileiras, e buscar pelas pensadoras latino-americanas, numa perspectiva mais abrangente do que algumas obras de referência

que encontrei até agora. Mas o cânone filosófico de que nos servimos é traiçoeiro, como os oráculos: mais escondem do que mostram o que buscamos. Assim é com o *Diário*: ele nos acompanha na busca por pensadoras, mas nele não encontramos nenhuma.

Na formulação do que procuro, encontrei algumas pensadoras em obras de referência, o que gerou em mim uma estranha insatisfação, seja em relação aos critérios adotados pela (incontornável) escolha e seleção em cada uma das obras de referência aqui consideradas, seja pelo reconhecimento da minha ignorância da história e do trabalho de muitas pensadoras localizadas – por origem, por temas e questões – na América Latina e no Brasil.

Meu ponto de partida é uma intermitente investigação, mediada pela docência em cursos de extensão e disciplinas ofertadas na Universidade de Brasília (UnB), entre os anos de 1996 e 2015. Especialmente nas diversas edições de cursos de extensão (pelo Fórum Permanente de Professores do CESPE-UnB), lecionando “Pensadoras da Educação” e “As Pensadoras: mulheres invisíveis, sujeitos esquecidos na história da filosofia”, percebi o quanto estamos longe de reunir e articular, significativamente, aquelas *personas* femininas que filosofaram, em uma obra de referência que ilumine os seus saberes e práticas, num conjunto capaz de revelar os interesses destas mulheres que nos precederam, e suas contribuições culturais para nós todos. *Personas femininas* capazes de contar outra história, uma possível história das pensadoras brasileiras e latino-americanas, com as quais pudéssemos dialogar, desde o presente, rumo ao passado multicultural que nos constituiu nestas longitudes e latitudes. Para que o futuro seja mais nosso, reconciliadas com a herança recebida, de múltiplas origens, nativas e exóticas. E pensar-nos, como brasileiras e latino-americanas, tecendo os fios que nos conectam, enquanto se formam as lacunas que nos distinguem, como numa rede – mais estreita ou mais larga – capaz de apreender e revelar algo nosso.

Adoto neste texto o termo “pensadoras”, e não “filósofas”, para me referir àquelas *personas* femininas críticas, questionadoras, analíticas, criativas, propositoras de visões de mundo, de modos de ser neste mundo, e modos de agir nele. O termo “pensadoras” é empregado por uma razão estratégica. Não quero afirmar a exclusividade do trabalho profissional das

filósofas do século XX, nem me deter num inventário de currículos Lattes que apenas justifiquem ou informem o que se faz hoje nos departamentos de filosofia e áreas afins, no Brasil e na América Latina. Isto tem a sua importância, mas restringe a busca ao presente próximo, ao cenário atual. E é isto o que mais encontramos nas obras de referência consultadas neste trabalho. Mas só com isto não podemos retroceder ao passado, visando ao futuro, nem podemos ver o que acontece mais além da universidade, onde felizmente cresce o número de filósofas profissionais.

Tenho percebido, cada vez mais claramente, o quanto estamos longe de pensar em conjunto, com colegas brasileiros(as) e latino-americanos(as), numa perspectiva ampliada, multidisciplinar e multicultural, sobre o que estamos fazendo, em relação ao que já foi feito e em relação ao que há por fazer, considerando as razões e finalidades mais imediatas, amplas e profundas para fazê-lo. E como faltam referências que articulem as especificidades que estudamos, como um próximo passo, rumo a uma história das pensadoras brasileiras e latino-americanas. É este o desafio que anima a elaboração deste texto, do mesmo modo que, em seu impulso fundamental, também o ultrapassa – rumo às minhas próprias ignorâncias, entre as minhas experiências fundamentais.

A existência de filósofas e a existência de filosofia na América Latina e no Brasil: duas questões que não se identificam nem se reduzem uma à outra.

“Alegria de encontrar na figura exterior os ecos da figura interna: ah, então é verdade que eu não me imaginei, eu existo!”

*Clarice Lispector: Uma aprendizagem
ou o livro dos prazeres.*

Um é o empenho em demonstrar que existe filosofia no Brasil e na América Latina; outra é a tarefa de apresentar pensadoras brasileiras e latino-americanas. Que uma coisa não se segue da outra, é o que tentaremos mostrar aqui, pois justamente nisto consiste o interessante desta tarefa: há muito por fazer, caso alguém realmente “faça questão” (uma expressão

apropriada para a filosofia em português) de ocupar-se da filosofia possível entre brasileiras e latino-americanas.

Em seu *Diário* (2010, p.19), Julio Cabrera apresenta uma distinção valiosa, de que quero me servir para outros propósitos:

(a) Filosofia *brasileira*; no sentido de haver uma filosofia nacional, ocupando-se de questões específicas do Brasil, ou filósofos em busca de um espírito de “brasilidade”.

(b) Filosofia *no* Brasil; indica haver entre nós quem se ocupe de Filosofia, como há pessoas em atividade filosófica *na* Argentina, *no* Chile ou *na* Alemanha, no aspecto mais fortuito de uma localização geográfica.

(c) Filosofia *desde* o Brasil; implica em considerar quem pensa desde esta localização geográfica, e pensando, faz Filosofia (não “Filosofia brasileira”), embora a partir de sua inserção individual neste meio reflexivo específico, e não em outro.

O valor desta tríplice distinção está no que contém de elementos filosóficos matizados geopoliticamente, que preparam o terreno para pensar em que condições aqui se aprende, e aqui se faz Filosofia, assim como que Filosofia aparece aqui, como resultado de acordos tácitos apoiados em uma auto-compreensão da comunidade filosófica brasileira sobre si mesma, sobre a justificativa de sua atividade, finalidade, e sobre o próprio sentido e as possibilidades da Filosofia. Sobre isto, Julio Cabrera afirma que:

A minha convicção é que existiram no passado e existem atualmente filósofos brasileiros, neste sentido de filósofos que pensam desde o Brasil. E também, é claro, existiram e existem filósofos argentinos, chilenos, bolivianos, paraguaios, indianos, japoneses e africanos. Assim, se entendermos Filosofia não apenas como uma atividade profissional entre outras, mas como um modo do ser humano, como poderia um povo existir sem Filosofia? Por outro lado, filósofos podem existir no Brasil e em outros lugares, mas se não existirem os mecanismos informacionais, institucionais e valorativos, que permitam visualizá-los, eles não serão descobertos. (2010, p. 21)

Vamos reter este aspecto “econômico” da produção, distribuição e consumo da Filosofia como um bem cultural dos povos, e acentuar um pouco mais os mecanismos internos da

própria atividade filosófica que produzem o efeito de “virada”, para ver desde outra perspectiva a Filosofia que aqui se faz. Julio Cabrera defende que a Filosofia existe no Brasil bem antes da criação das Faculdades de Filosofia e, ao contrário do que pressupõe a Filosofia profissional que acontece hoje nas universidades – onde se acredita que estamos criando as condições necessárias para que no futuro venha a existir, talvez, algum filósofo brasileiro – se converte numa questão de *Gestalt* filosófica.

A ‘não existência’ de Filosofia no Brasil (e em muitos outros países) pode ser um efeito produzido pela particular distribuição da informação hoje imperante no mundo, pela particular estrutura das instituições de ensino e de pesquisa, e por ideias unilaterais do que tenha ou não valor como Filosofia. Alterando estas condições, começaremos a ‘ver’ os nossos filósofos, ou seja, quando deixarmos de buscá-los nos lugares errados e com as imagens e expectativas erradas (2010, p.21)

O que queremos ver, e dar visibilidade aqui, é a existência de pensadoras brasileiras e latino-americanas. Sustentamos que isto não é tarefa fácil. Uma breve pesquisa nos currículos Lattes e nas publicações atuais revelará uma intensa e extensa produção de livros, artigos, sites, blogs de pesquisadoras e filósofas profissionais nas mais diversas áreas de investigação. Isto é evidente e fatural, e todos podem ver. Justamente porque estamos imersos na naturalidade da produção filosófica profissional de hoje, nosso olhar está acostumado a ver as coisas assim como são hoje. E a acreditar que a Filosofia começa a existir no Brasil, e na América Latina, a partir de sua profissionalização. O que é um capítulo decisivo, na medida em que marca a entrada das mulheres na universidade como docentes e pesquisadoras. Mas a universidade constitui-se, em sua própria história europeia, e posteriormente latino-americana, como um espaço de saber e poder *androcêntrico*, acessível, por muitos séculos, apenas aos homens; e os relatos pitorescos de mulheres que se travestiam para buscar estudar nas universidades apenas ilustram o fato.

As disputas de poder internas nas universidades, na Europa e nas Américas, em sua administração e na produção de

cânones de saberes, geraram boa parte dos preconceitos já cristalizados, e examinados, em seus efeitos, no *Diário* de Julio Cabrera. Como, por exemplo, a ideia de uma hierarquia entre “filósofos maiores e filósofos menores”, e temor de que qualquer tentativa de pensar por si mesmo, e filosofar como um ato singular, caia no diletantismo, no autodidatismo, na “descoberta da pólvora”, na “frouxidão” das intuições soltas, sem aquelas rigorosas argumentações que as sustentem, que ele resume, enfim, no “medo dos medos” - o medo das alternativas.

Assim, na medida em que pensadores do atual contexto se atrevessem a pensar no estilo em que fizeram os filósofos (grandes ou pequenos, e seja qual for o resultado – ridículo ou genial – da empreitada), eles simplesmente não seriam visualizados. Se não for demonstrado que não mais podemos (por algum motivo) filosofar como os grandes filósofos, parece haver aqui uma grave inconsistência no filosofar acadêmico. (CABRERA, 2010, p.28)

A resistência de Julio Cabrera como intelectual que reivindica para si, e para outros filósofos do passado, assim como para os seus estudantes, no presente - e os filósofos do futuro - o *direito de filosofar em seu próprio tempo*, parece chocar-se de frente com os padrões de qualidade que alcançou a universidade brasileira. Todavia, se olharmos para o problema que ele nos apresenta desde uma perspectiva de gênero, não há, nesta formulação, nenhum recurso a qualquer pensadora, nem mesmo entre os “filósofos menores”. Percebemos que o pensamento das mulheres simplesmente não cabe nestas categorias hierarquizantes, e isto coloca em pauta o tema da “invisibilidade das mulheres”, assim como a possibilidade de buscar por (outras) categorias que permitam visualizar a vida e a obra (num sentido mais amplo de autoria e protagonismo, mas não exclusivamente a escrita) de mulheres brasileiras e latino-americanas.

Mas que categorias seriam estas que permitiriam visualizar – dar a ver, desvelar - no passado e no presente brasileiro e latino-americano, o pensamento das mulheres?

Creio que a resposta a esta pergunta fortalece a tese de Julio Cabrera em seu *Diário* – *embora ele mesmo não a tenha estendido para as mulheres*, o que lhe renderia muitos

exemplos, alguns deles apresentados a seguir. Pois a existência de pensadoras, nos mais variados campos do conhecimento e da prática social possíveis de classificação, agrega valor à crítica “econômica” desde um ponto de vista, por assim dizer, mais “ecológico”, em se tratando da diversidade e pluralidade humanas, em seus modos de ser e pensar. Nesse sentido mais ecológico, já “houve”, “há”, e temos esperanças de que “hajam” pensadoras no Brasil e na América Latina, seja na universidade, seja em outros espaços de reflexão e ação cultural, e política. Sem que a nossa latitude e longitude geopolítica estejam destinadas a tornar-se “um imenso Portugal”. Porém, para que a existência de pensadoras não se resuma a um dado que se esgote no fato da vida de alguém, é preciso memória, narrativa e reflexão. Aqui, a necessidade de uma história que, de modo preciso, mas aberto, considere e retome, a cada nova geração, a exemplaridade destas mulheres, em diálogo com elas, desde o presente. Uma história que, no caso das pensadoras brasileiras e latino-americanas, parece que ainda está por ser feita - ou sendo feita, segundo a nossa provável ignorância. É impressionante como tomamos por existente apenas aquilo que julgamos conhecer.

Julio Cabrera retoma uma antiga tese ocidental acerca do *pathos* (a paixão) do filosofar, a partir de – e mesmo contra – as condições em que alguém se encontra mobilizado para compreender a si mesmo, e a realidade que o afeta, a fim de expressá-la e comunicá-la de um modo pessoal, por mais objetivo que seja seu conteúdo, considerado cultural e politicamente. Ele diz que:

O que me tornou um (bom ou mau) filósofo foi uma experiência primordial e a vontade de explicitá-la por meio da escrita e da exposição oral; foi a infelicidade, o desamparo, um certo tipo de sensibilidade diante da desonestidade das pessoas, um grande inconformismo com as maneiras falaciosas com que as pessoas raciocinavam, etc.. Claro que, de maneira inevitável, eu acabei descrevendo estas experiências precisamente nos termos que minha cultura me proporcionava, mas isto é trivial e ninguém poderá negá-lo. (CABRERA, 2010, p.25)

Confrontemos esta passagem do filósofo com o que lemos no Prefácio de *Peregrinações de uma Pária* [1838], de Flora Tristán:

Que todo o individuo, enfim, que viu e sofreu, que teve que lutar com as pessoas e as coisas, conceba o dever de contar, em toda a sua verdade, os acontecimentos dos quais ele foi autor ou testemunha, e que nomeie aqueles de quem tem que se queixar ou elogiar; pois, repito-o, a reforma não pode se operar e não haverá proibidade e franqueza nas relações sociais senão pelo efeito de semelhantes revelações. No curso de minhas revelações, falo com frequência de mim. Pinto-me em meus sofrimentos, em meus pensamentos, minhas afeições: todas resultam de organizações que Deus me deu, da educação que recebi, e da posição que as leis e os preconceitos me fizeram ter. (TRISTÁN, 2000b, p. 41, destaque da autora)

Parece evidente que aquele ânimo identificado por Julio Cabrera na base da insurgência de um pensador, é justamente o que move Flora Tristán em sua busca de sua própria expressão, e da mudança social. Ambos indicam o que os fez pensar, embora suas reflexões tenham interesses e métodos distintos, não tanto por sua origem nacional (Flora era francesa, Julio é argentino), mas pelo modo como cada um se situa em relação à sua origem, e como respondem à sua herança – cultural, simbólica, material - recebida (no caso dele) ou reivindicada (no caso dela).

Recordemos que Flora Tristán (1803-1844) nasceu em Paris, filha de mãe francesa plebeia, e de pai aristocrata militar peruano, que havia migrado para a Espanha. O casamento religioso entre ambos nunca fora legitimado civilmente. Até a morte do pai, em 1808, Flora teve uma vida burguesa privilegiada; depois disso, conheceu a necessidade econômica e teve que trabalhar pela subsistência pessoal e familiar. Casou-se com André Chazal em 1821, e com ele teve três filhos. Mas a violência doméstica, e as dificuldades econômicas familiares a levaram a reivindicar sua herança paterna em Lima, Peru. A viagem de Flora à América, assim como a sua peregrinação pela Europa, fugindo da perseguição do marido tornou-se uma oportunidade de reflexão mais ampla sobre a condição da mulher, no antigo e no novo continente. Reflexão registrada em

escritos autobiográficos e políticos. Em sua dedicatória do livro citado, aos peruanos, ela declara:

O Peru era, de toda América, o país mais avançado em civilização quando de sua descoberta pelos espanhóis; esta circunstância deve fazer presumir favoravelmente as disposições nativas de seus habitantes, e os recursos que oferece. Possa um governo progressista, chamando em seu socorro as Artes da Ásia e da Europa, fazer os peruanos retomarem o seu lugar entre as nações do Novo Mundo!, (TRISTÁN, 2000b, p.33)

O rico intercâmbio de Flora Tristán em sua viagem ao Peru, contribuiu para forjar uma autoconsciência de sua condição de *pária*. Pária porque filha ilegítima, não reconhecida pelo direito francês ou peruano; pária porque sem proteção legal como esposa de um marido violento, sem direito a divorciar-se. Pária na condição de mulher, filha, esposa, mãe e operária, a reflexão de Flora Tristán emerge desta “experiência-limite” na condição de excluída por ser mulher. Sua resposta é uma luta pessoal, e a formulação de uma consciência social das relações de poder e injustiça na condição de mulher, filha, esposa, mãe e operária. Assim, escreverá outros textos, com a mesma disposição em denunciar e reivindicar, politicamente, uma consequência prática para as causas que formula: *Necessidade de dar uma boa acolhida às mulheres estrangeiras* (1835), *Petição aos deputados parisienses para o divórcio na legislação* (1837), *Méphis ou a Proletária* (1838), *Passeios em Londres* (1840).

A condição de *pária* teve uma formulação literária inicial. Hannah Arendt (1906-1975) retoma esta tradição a partir de Bernard Lazare, “*a quien la França de la época del caso Dreyfus descubrió que la cualidad de paria era específica de la existencia del pueblo judío, intentó hacer realidad dicho derecho en el mundo de la política europea.*” (ARENDR, 2005, p.58). Segundo Arendt, Lazare formulou o conceito de “pária consciente”, que correspondia à condição dos judeus emancipados, em relação às massas judias não emancipadas, preconizando que o judeu emancipado ou “consciente”, deveria converter-se em um rebelde representante de todo um povo oprimido, associando sua luta pessoal com a luta nacional e

social pela liberdade dos povos oprimidos da Europa. Estava em jogo um apelo político pela responsabilidade de alguém melhor posicionado socialmente, mais protegido e integrado em uma dada nação, em relação ao desamparo dos demais, não apenas dos judeus, mas de toda a humanidade, sob pena de também este emancipado se tornar um opressor (*parvenu*). O *parvenu*, em contraposição ao “pária consciente”, é caracterizado como aquele que, satisfeito por sua *assimilação social*, com o gozo particular da integração, e dos benefícios recebidos em uma dada sociedade, age como um egoísta que legitima seu *statu quo*, indiferente ou mesmo contra a massa dos excluídos – social, política e economicamente falando. Ele pode mesmo vir a legitimar a ordem social, política ou econômica em que afortunadamente se integrou, justificando a exclusão dos demais.

Parece evidente que a condição de pária reivindicada por Flora Tristán, para expressar a sua condição de mulher, postula uma categoria fundamental, política e existencialmente considerada, entre-mundos. No seu caso, o mundo europeu, e o mundo latino-americano, entre os colonizadores e os colonizados. Entendemos que as mulheres ainda são *as párias* por excelência, em muitos mundos, entre continentes, assim como nos estratos das diversas instituições sociais. Inclusive nos cânones acadêmicos, nos currículos escolares, nos livros didáticos, nas obras de referência mais localizadas, ou mais abrangentes.

Consideremos a rede de significados que “pária” tem, como categoria de inteligibilidade do real, nesta “degustação” que propomos de Flora Tristán e Hannah Arendt, em busca de pensadoras brasileiras e latino-americanas. Uma categoria é sempre uma abertura (parcial), uma perspectiva espaço-temporal do real que pode ser compartilhada, que pode interagir com uma constelação ou rede de significados que organizam e orientam as experiências vividas.

Por isto, só encontraremos as pensadoras que buscamos com certas categorias de análise. Mas, observando atentamente as estratégias reflexivas, e de interação social, que as próprias pensadoras adotaram, podemos articular as categorias de que dispomos para elaborar novas categorias, a partir de uma leitura atenta da reflexão destas pensadoras. Assim, como pontua Julio Cabrera “o filósofo poderá, inclusive, surgir em oposição às

práticas vigentes”, posto que “*um certo conjunto de práticas poderá não possibilitar (ou mesmo impedir) o surgimento de filósofos, e estes poderão surgir reativamente*” (CABRERA, 2010, p. 25).

É deste modo que examinamos, a seguir, em algumas obras de referência, o modo de apresentação de pensadoras, segundo o entendimento destas obras, da Filosofia no Brasil e na América Latina.

Um exercício inicial: inventariando nossas pensadoras em obras de referência.

“Se as mulheres tivessem escrito os livros, os fatos teriam sido bem diferentes, eu sei. Pois elas sabem que são acusadas injustamente, uma vez que, enquanto não se cortam as partes de maneira igualitária, os mais fortes ficam sempre com a maior e a melhor para si.”

Christine de Pizan: L'Epistre au Dieu d'Amours.

Na segunda metade do século XX, no Brasil e na América Latina, observamos um interesse em formar panoramas gerais, antologias de textos, e dicionários como tentativas de reunião da diversidade da produção filosófica entre nós. Percebe-se um interesse em reunir a produção filosófica local, numa tentativa de aproximar o que de mais diverso acontece em matéria de pensamento filosófico no sul da América, quer como afirmação da propriedade intelectual local, quer como documentação do sentido da produção filosófica realizada em diferentes períodos. Lemos três obras significativas a este respeito, em busca de pensadoras. A primeira, *História da Filosofia no Brasil*, de Jorge Jaime, em extensos 4 volumes, apresenta alguns nomes de filósofas brasileiras, em seu Volume 4, utilizando como critério aqueles nascidos a partir de 1925 até “os dias atuais”, considerando a data da publicação deste volume em 2002.

A segunda referência, *La Filosofia en América Latina*, de Alain Guy, é a tradução ao espanhol, em 1998 de uma sintética resenha de um pesquisador francês, publicado originalmente em 1997, que se mostra interessado em observar como a latinidade

americana filósofa, incluindo alguns nomes de filósofas brasileiras, argentinas, peruanas, porto-riquenhas... A terceira referência é o *Dicionário de Educadores no Brasil*, organizado por Maria de Lourdes de Albuquerque Fávero, e Jader de Medeiros Britto, e publicado em 1999, onde também se podem encontrar nomes de pensadoras da educação no Brasil.

Este exercício inicial privilegia estas fontes, sem tomá-las como as mais importantes ou completas, apenas por permitir observar critérios e categorias de seleção de pensadoras operando nestas obras, que importam para a nossa reflexão.

Jorge Jaime e Alain Guy fazem os seus panoramas da produção filosófica compartilhando uma premissa comum, embora o primeiro se dedique à Filosofia no Brasil, e o segundo, à Filosofia na América Latina: a Filosofia é a reflexão que se estabelece em relação à Filosofia europeia, matriz do que se pode observar nos trópicos – como comentário, apropriação criativa, ou crítica. Esta premissa gera categorias que organizam os pensadores e pensadoras na história e na geografia brasileira e latino-americana, segundo as correntes filosóficas consagradas da Escolástica, da Ilustração, do racionalismo, do Positivismo, do Existencialismo, da filosofia das ciências, etc.. Funcionam como critérios de eleição, embora não sejam os únicos. Há, por exemplo, em Alain Guy, um destacado interesse pela Filosofia da Libertação, e os aportes políticos ateus ou cristãos para compreender o desejo de transformar politicamente a realidade latino-americana.

Todavia, há algo em Jorge Jaime que logo se percebe como distinção em relação à abordagem de Alain Guy: um esforço coletivo em fundar um espaço acadêmico para a Filosofia no Brasil, pelo estudo e pela atividade associada, no contexto brasileiro, embora de forte conotação europeizante – o autor é também idealizador da *Academia Brasileira de Filosofia*, como continuidade do *Instituto Brasileiro de Filosofia dirigido* por Miguel Reale - enquanto o pesquisador francês observa nossa diversidade filosófica com uma curiosidade de cronista acerca da Filosofia praticada no sul do continente Americano.

Em Jorge Jaime, encontramos antologias de textos de pensadoras brasileiras costuradas por seus comentários pontuais de historiador, a quem segundo ele, cabe “expor” – distinto do filósofo, que é quem “cria” – conforme cita, no Volume 1, da sua obra *História da Filosofia no Brasil* (1997,p.19). O volume

4 (2002b) se inicia com uma referência a uma pesquisadora da filosofia luso-brasileira, a gaúcha Ana Maria Moog Rodrigues, formada em filosofia na PUC-Rio (1957) e também fundadora da Academia Brasileira de Filosofia (1989), tendo lecionado filosofia inicialmente na Escola Naval do Rio de Janeiro (1984), e depois, em 1991, transferida para o Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET – Rio de Janeiro).

A primeira pensadora destacada por Jorge Jaime neste volume é Maria do Carmo Tavares de Miranda (1926-2012) - “filósofa que à razão acrescenta a sensibilidade”- pernambucana de nascimento, formada pela UFPE em letras Clássicas e Filosofia, e doutorada pela Universidade de Paris e na própria UFPE em Filosofia da Educação. Concursada na UFPE, iniciou ali um programa de Mestrado em Filosofia, e implantou uma biblioteca especializada; foi diretora do Seminário de Tropicologia da Fundação Joaquim Nabuco na década de 1980; vice-presidente da Associação Internacional de Filosofia da Arte (Atenas, Grécia); e foi membro-fundador da Academia Brasileira de Filosofia. Publicou *O Ser da Matéria* (estudo em Kant e Tomás de Aquino) em 1976, em colaboração com a professora Santuza Dourado Cibela; *Pedagogia do tempo e da história* (1965); “Missão do filósofo e missão do professor de filosofia” (1975); *Educação no Brasil* (1975); *Caminhos do filosofar* (1991), entre outros títulos.

Por sua vez, Alain Guy, assim como Jorge Jaime, dedica o maior espaço à Maria do Carmo Tavares de Miranda, ao mencionar o renascimento tomista no Brasil. Ele a situa junto a Tristão de Athayde (Alceu Amoroso Lima), destacando a sua projeção internacional, bem como a sua erudição bíblica, citando vários títulos de sua obra (1998a, p.74). Em Jorge Jaime encontramos ainda a referência elogiosa a Creuza Capalbo, Marta Nolding e Celina Junqueira, todas elas membros da Academia Brasileira de Filosofia. Celina Junqueira aparece como licenciada em filosofia e pós-graduada na *Boston University* (1968), tendo sido Diretora do Departamento de Filosofia da PUC-Rio, e lecionando cursos de graduação e pós-graduação sobre a Filosofia no Brasil, também publicando *Textos didáticos do pensamento brasileiro* (Editora Documentário, PUC-RJ).

Creuza Capalbo, “uma doutora e mestre pela Universidade de Louvain”, segundo Jorge Jaime, desenvolveu estudos de fenomenologia e hermenêutica, integrando-os às ciências humanas e sociais, destacadamente a educação, a história, a psicanálise, a comunicação, o serviço social. Entre dezenas de artigos e conferências, publicou os livros *Fenomenologia e Ciências Humanas – uma nova dimensão em antropologia, história e psicanálise* (1973), *Ideologia e Educação* (1978), e *Metodologia das Ciências Sociais – a fenomenologia de Alfred Schutz* (1979).

Marta Nolding, para Jorge Jaime, “foi capaz de explicar o inexplicável, com profundidade de uma Escola Invisível, argumentar, com fundamentos de ciência e de sólida filosofia sobre esoterismo, metodologia gnóstica, pansofia, gnoses, ideação cósmica, arquétipos, mitos, magos, tarô, cabala, hinduísmo, neopitagorismo, sufismo, druidismo, fadas, religiões (...) sem cair no ridículo, sem cair às contendas”. (JAIME, 2002b, p.287). Segue, na mesma página, comentando a tese de doutorado em Filosofia desta autora, na Universidade Gama Filho do Rio de Janeiro, em 1993. “Não acreditei que chegasse à doutora com tal escolha. E ainda mais: todo este saber seria relacionado com a educação brasileira, as correlações entre este submundo inconsciente com a consciência plena da pedagogia no Brasil. E ela conseguiu!”. Foi co-autora, com Jorge Jaime, de *Cartas filosóficas* (1999) e fez mestrado na UERJ com a dissertação *Estudos de problemas brasileiros e altos estudos de política e estratégia da Escola Superior de Guerra* (1988).

Marilena Chauí aparece no Volume 2 (1997) da *História da Filosofia no Brasil*, dedicado aos pensadores nascidos a partir de 1873 no Brasil. Mas seu lugar não é de destaque como filósofa, e sim, como comentadora da história da filosofia, desde um ponto de vista “universal”, analisando as mudanças da filosofia entre o século XIX e XX. Em que pese um longo texto selecionado, por Jorge Jaime, do livro *Convite à Filosofia*, nele nada se apreende da reflexão sobre a cultura brasileira ou a conjuntura política nacional. Justamente o caráter ideológico é o que destaca, brevemente, em Alain Guy, ao referir-se a esta autora (citando obras como *O que é ideologia?* e *Cultura e Democracia*), situando-a entre Caio Prado Júnior, Leandro Konder e Moacir Gadotti (1998a, p. 61). A apresentação de Jorge Jaime deixa entrever a sua própria orientação ideológica e

filosófica, em sua seleção de filósofas profissionais que integrassem a Academia Brasileira de Filosofia.

Retornando ao panorama filosófico desenhado por Alan Guy, ele destaca, entre pensadoras brasileiras, além de Marilena Chauí e Maria do Carmo Tavares de Miranda, a acadêmica Constança Marcondes Cesar, resenhada por ele como filósofa da ciência na UNICAMP, São Paulo, e especialista em Paul Ricoeur e Gaston Bachelard. Outros nomes femininos que identificamos no conjunto do seu texto foram os da argentina María Teresa Maiorana (1914-1988), especialista em letras francesas modernas e estudos sobre o bergsonismo (1998a, p. 42), a porto-riquenha Elena Lugo, que se inspirou em Emmanuel Mornier para escrever sua *Filosofia de la Psicología* (1981), María Luisa Rivara de Tuesta, peruana, e Nancy Ochoa, como pensadoras no horizonte de reflexão que aproxima o marxismo do cristianismo na América Latina (1989a, p.89).

Neste breve apanhado da tentativa de Alain Guy, identificamos o nome da pensadora espanhola María Zambrano (1989a, p.47), sem nada mais substantivo, enquanto se ocupava em poucas páginas da influência de Ortega y Gasset na América Latina. Porém, como poderia se ocupar dela, se o seu critério de seleção parece aplicar-se apenas a “pensadores nativos”? Deste modo, podemos compreender a exclusão de pensadoras que, como ela, estiveram em exílio, sem necessariamente estarem vinculadas como trabalhadoras às universidades locais. Ou, por fim, o que nos afeta a todos, a nossa ignorância.

No *Dicionário de Educadores no Brasil* (1999), organizado por Maria de Lourdes de Albuquerque Fávero e Jader de Medeiros Britto, encontramos biografadas Armanda Álvaro Alberto, Helena Antipoff, Heloísa Marinho, Nísia Floresta e Noêmia Saraiva de Mattos Cruz. Além dos nomes femininos citados, e outros prometidos pelos organizadores deste *Dicionário*, como o de Branca Fialho, o critério de seleção destas educadoras no Brasil não pôs em relevo o gênero, mas sim “*educadores falecidos*”, cujo mérito pudesse ser julgado retroativamente, em conjunto, como agentes nas diversas regiões e períodos da história do Brasil, e “*cujas propostas políticas para Educação, em estudos teóricos produzidos ou através de experiências pedagógicas que se notabilizaram pelo caráter*

inovador, pela consistência científica e filosófica ou pela significação social” (FÁVERO e BRITTO, 1999a, p.17).

Para tecer algumas considerações adicionais sobre o gênero – ou o “gênio” feminino, subvertendo assim uma categoria estética moderna e masculina - destacamos uma educadora citada pelo *Dicionário*, a potiguar Nísia Floresta (1910?- 1885), para aproximá-la de outra, que bem deveria ser incluída entre as protagonistas da educação brasileira, a maranhense Maria Firmina dos Reis (1825-1917).

Nísia Floresta nasceu em família abastada, e casou-se jovem, mas logo se separou do marido e voltou a morar com os pais. Após o assassinato do pai, juntou-se com o estudante de Direito, Manuel Augusto de Faria Rocha, com quem teve dois filhos, indo residir com a nova família em Porto Alegre, RS (1832). Ali morreu seu companheiro, e Nísia ficou ainda na cidade cuidando dos filhos e lecionando. Em 1937, transferiu-se com os filhos para o Rio de Janeiro, onde começa a sua obra: inaugura o colégio Augusto, de educação para moças com um currículo inovador – línguas vivas, ciências, prática de educação física, abolição do espartilho, número limitado de alunas por turma – e professores qualificados. Ela enfrentou as críticas da imprensa local pelas inovações, respondendo em artigos e ensaios, e manteve o colégio Augusto funcionando 17 anos. Depois seguiu com a família para a Europa (1837) – Paris, Florença, Roma e Londres – escrevendo e publicando na língua dos países que visitou. Frequentou o círculo de Augusto Comte, em Paris, e escreveu obras que sinalizam não apenas a sua preocupação com a educação das mulheres do seu tempo, mas também com a condição mundial da mulher e com as políticas públicas para o trabalho das mulheres no Brasil Imperial. “A mulher” brasileira, em Nísia Floresta, é matizada pela sua condição de classe (pobre e rica), pela etnia (brancas, negras, indígenas), e pela condição de sub-cidadania, seja em escravidão ou em liberdade, assim como pela qualidade da educação que recebe, e lhe forja o caráter. É este olhar atento à realidade das mulheres de sua época que influencia a sua “tradução-adaptação” do mais famoso livro de Mary Wollstonecraft, publicado no Brasil como: *Direitos das Mulheres e Injustiça dos Homens* (1832). Também *A lágrima de um caeté* (poema, 1849, traduzido e publicado em Florença); *Opúsculo Humanitário*

(ensaio sobre educação, 1853); *Le Brésil* (ensaio, Paris, 1871), entre dezenas de artigos, ensaios, novelas e crônicas.

Maria Firmina dos Reis, filha bastarda e negra de Leonor Felipe dos Reis, foi registrada por João Pedro Esteves. Morou na cidade de Guimarães, onde se concursou como professora das “primeiras letras” no ensino primário oficial da época. Não casou nem teve filhos, mas adotou várias crianças, e teve muitos afilhados. Fundou, no Maranhão do século XIX, uma escola de educação gratuita para meninas e meninos, o que causou certo escândalo, e teve que ser fechada. Continuou lecionando em outras instituições até se aposentar, em 1881. Quando morreu, em 1917, residia na casa de uma amiga liberta (ex-escrava). Deixou uma obra memorável que, segundo especialistas em literatura brasileira, poderia lhe conferir o título de primeira escritora brasileira. Título disputado com Nísia Floresta. Entre seus trabalhos, contam: *Úrsula* (romance, 1859), *Cantos à beira-mar* (poesia, 1871) *A escrava* (conto, 1887), *Hino da libertação dos escravos* (1888), entre diversas outras publicações em revistas, jornais, e composições musicais, como *Valsa*, *Hino à Mocidade*, *Hino à libertação dos escravos* (conferir SCHUMAHER, e BRAZIL, 2000, p.390).

A proximidade entre estas duas autoras nordestinas que, provavelmente, não se conheceram, não se esgota na sua capacidade de transcender os preconceitos e a condição das mulheres brasileiras do século XIX no Brasil. Como diz Julio Cabrera em seu Diário, “*um filósofo não surge automaticamente de uma prática social ou de um meio social favorável, nem deixa de surgir num desfavorável*” (2010, p. 25). As pensadoras brasileiras Nísia Floresta, e Maria Firmina dos Reis não apenas ilustram isto, mas são exemplares, em suas próprias singularidades, no seu empenho em pensar e agir para mudar estas condições, em seu próprio meio.

A categoria de “pária consciente”, exposta antes, não apenas parece aplicar-se a elas; com elas, ela ganha novos significados, femininos, brasileiros e latino-americanos. Pois a obra destas mulheres não se resume em sua literatura, por meio da qual refletem, e se auto-compreendem, na condição de mulher, em seu próprio tempo; ao escrever, também se inscrevem e projetam, por meio de suas ações políticas e pedagógicas no mundo, o mundo novo que desejam para todas

as mulheres submetidas a um destino menor, tutelado, e indigno, em seu próprio país, e nos lugares onde viveram.

Outras “párias conscientes” podem ser encontradas na América Latina, mesmo entre as acadêmicas. Como exemplar, citamos aqui Graciela Hierro (1930-2003), filósofa mexicana catedrática em ética, fundadora do Seminário Interdisciplinar de Filosofia da Educação e Gênero na Universidade Nacional Autônoma do México (UNAM), membro da Sociedade de Mulheres para a Filosofia, diretora do Programa Universitário de Estudos de Gênero, e autora, entre outros livros, de *Ética y feminismo* (1985); *La ética y el placer* (2001).

Em seu livro *De la domesticación a la educación de las mexicanas* (2002a), Graciela Hierro percorre as referências culturais mexicanas que confinaram as mulheres ao *domus*, ao lar, ao doméstico e privado, nos anônimos papéis sociais de mães, esposas, filhas - ou religiosas. Então emerge a figura singularíssima de Sór Juana de la Cruz (1651-1695), como referência feminina de auto-educação, na época da educação colonizadora, no período barroco, e em meio a elite *criolla*. Graciela Hierro também recupera as cronistas, e as sábias que antecedem a autora mexicana Rosario Castellanos (1925 – 1974), a quem atribui o empenho em analisar, de modo mais amplo e fecundo, as contribuições culturais das mulheres ao México, e o seu legado de uma filosofia educativa para as mulheres, em uma produção anterior ao famoso *Segundo Sexo*, de Simone de Beauvoir. Graciela está interessada em pensar a educação das mulheres segundo as fases de suas vidas, da infância à velhice, como contínua formação e auto-formação, articulando, de modo claro e revelador, educação, gênero e feminismo.

Seguimos pensando sobre os critérios de “obras de referência” onde aparecem mulheres como pensadoras, embora sempre em menor número, considerando a perspectiva de gênero, e as suas hipóteses explicativas, ainda não examinadas, mas recorrentemente utilizadas para justificar *minorias*, *ausências*, ou *exceções*. Exceções confirmam a regra, como sabemos. Mas, qual é a regra? A regra parece consistir em considerar os homens como filósofos, e as mulheres como suas discípulas, colaboradoras, secretárias...

Também nos perguntamos sobre o tipo de referência que precisamos elaborar, criar, construir, para subsidiar as novas

gerações de pesquisadores e professores, capazes de reconhecer e incluir identidades femininas em todos os campos de saberes e práticas sociais. Pelo fato de termos melhores condições hoje, nas universidades, e órgãos de fomento de pesquisa e publicação de trabalhos desta natureza. Mas um trabalho deste tipo, nas atuais condições do trabalho intelectual, não é um trabalho individual, nem de uma só área de conhecimento. O pensamento humano, em sua diversidade de localizações, interesses e métodos, é pródigo e fértil. Mas a memória tem suas peculiaridades, assim como as narrativas históricas tem seus propósitos, nem sempre evidentes.

Acaso alguém ainda duvida de que as mulheres sejam capazes de pesquisar qualquer coisa em qualquer área – da física à química, da engenharia à computação, da matemática à biologia, da saúde à educação, da informação às artes, mídia, etc.? Em filosofia, especificamente, aqueles conteúdos considerados mais “duros”, “técnicos”, parecem exercer fascínio sobre a diversidade das mentes, e não é diferente com as acadêmicas que se dedicam à lógica, à filosofia analítica ou hermenêutica, à filosofia das ciências, à linguística, às histórias da filosofia. Mas a filosofia universitária não encerra a Filosofia, em seu filosofar ainda possível, por meio destas identidades femininas.

Para que possamos ter as referências necessárias e urgentes para compreender o que estamos fazendo, a partir de, e mesmo contra as heranças recebidas, será preciso reunir o que muitos já fazem em suas áreas de conhecimento. Todavia, precisamos de contornos ampliados, de modo a incluir identidades femininas do passado e do presente, nesta América do Sul, conferindo-lhes uma inteligibilidade “entre-nós”. Pesquisas literárias, históricas, sociológicas, antropológicas, artísticas, são fundamentais para resgatar e revelar as mulheres pensantes deste hemisfério sul desta América.

As pesquisadoras feministas europeias e norte-americanas vêm fazendo, há muitas décadas, este resgate de suas filósofas e pensadoras, por meio de histórias que afirmam a sua própria identidade local. Também elas estão relendo os filósofos canônicos, europeus e norte-americanos, desde uma perspectiva feminista, construindo assim as suas próprias categorias que permitem uma auto-compreensão do seu trabalho intelectual e

político, simbólico e imaginário, visando criar novas realidades sociais e humanas. Não é isto o que deveríamos estar fazendo, a exemplo do que fizeram Nísia Floresta, Maria Firmina dos Reis, Graciela Hierro, entre outras?

Pois não encontramos nas obras de referência das feministas “do norte” as “pensadoras do sul”. Veja-se o caso de Flora Tristán: esta pensadora entre-mundos aparece em um tópico sobre “as mulheres e o socialismo” de *Las filósofas* (MARTINO e BRUZZESE, 1996, p. 300). Mas a sua biografia, e a obra resenhada, privilegiam a sua existência no mundo europeu. Nada se comenta sobre a sua condição de pária, e as suas reflexões sobre o Peru, ou a sua identidade construída como filha bastarda de um peruano. Ter nascido francesa é, nesta referência, o critério privilegiado de sua apresentação. Nossas pensadoras latino-americanas, ou brasileiras não habitam nestes compêndios, ali não encontram sequer um “teto provisório”. A nossa plena cidadania cultural, brasileira e latino-americana, no território da memória dos saberes está, literalmente, “em (nossas) obras”.

Entre parias e exiladas: onde ainda procurar por pensadoras brasileiras e latino-americanas?

*Con traza tan peregrina
Vivió mi esperanza vana
Pues te puedo hacer humana
Concibiéndote divina.*

*Sor Juana Inés de La Cruz:
Excusándose de un Silencio...*

Se a hipótese de que ainda não existe uma obra de referência que coloque em perspectiva, e em relação entre si, as pensadoras brasileiras e latino-americanas - embora tenhamos evidências suficientes de que elas existem - onde iremos procurá-las? A resposta não virá simplesmente, como tentamos sugerir, dos bancos de currículos Lattes, nem dos departamentos de filosofia. Claro que aí se encontram pistas para uma resposta sobre as pensadoras que se movimentam nas universidades, ou em seus entornos, e nos dão a pensar algo por meio de uma obra que inclui não apenas títulos, mas também certo protagonismo

social e cultural. As filósofas profissionais de hoje, tem as melhores condições para contribuir na produção de referências que estão às margens do cânone filosófico, e da vida universitária. Pois a universidade também se alimenta, em sua reprodução como instituição, daquilo que não é universitário, e mantém suas interfaces com a sociedade e com a academia, por meio de obras – num sentido amplo, já indicado – que necessitam de memória, acervo e reflexão.

Nesta direção, encontramos uma obra de referência, mais recente, editada por autores comprometidos com a rede de pensamento latino-americano e brasileiro. Trata-se da ambiciosa reunião de pensadores e pensadoras, editada por Enrique Dussel, Eduardo Mendieta e Carmen Bohórquez, profissionais universitários e ativistas que, desde suas próprias origens (México, Colômbia, Venezuela), pesquisam, militam e divulgam seus saberes em outros países. Refiro-me ao projeto, ambicioso e coletivo, mais recente (em relação aos de Jorge Jaime e de Alan Guy), *El pensamiento filosófico latinoamericano, del Caribe y “latino” [1300 – 2000], historia, corrientes, temas y filósofos*, editado em 2011.

Neste livro de mais de mil páginas, encontramos pensadoras brasileiras e latino-americanas, mais conhecidas, ou desconhecidas, antigas e atuais. O critério de organização do livro permite a busca por diversas entradas: temas, história, correntes, autores, como o livro promete. Num esforço coletivo, diversas colaboradoras mulheres escrevem sobre filósofos latino-americanos – sem que sejam elas mesmas dignificadas como filósofas, enquanto colaboradores e filósofos escrevem sobre algumas mulheres. Podemos percorrer o passado e o presente da autoria e da pesquisa filosófica latino-americana, entre exilados, migrantes e párias, mas não se pode contar com mais de quinze (15) *filósofas dignificadas* como tal, entre Sór Juana Inés de la Cruz e Graciela Hierro. Ou a única mulher filósofa profissional entre os editores desta obra de peso, Carmen Bohórquez (1946), uma pensadora da libertação latino-americana na Venezuela, ocupada em articular, simultaneamente, humanismo e emancipação, por meio da arte, da filosofia, e da revisão crítica dos pressupostos históricos e políticos de libertação e integração na América Latina.

Nesta grande obra de referência, se destacam pensadoras que, inclusive, pensam *contra* Enrique Dussel, em sua proposta de uma filosofia da libertação latino-americana (libertação das amarras do colonialismo eurocêntrico, e do capitalismo dominante) que não contempla as questões de gênero em sua especificidade cultural, histórica e política. É o caso exemplar de duas pensadoras: Ofelia Schutte (1945), nascida em Cuba, e atualmente professora na Universidade da Flórida, e uma das editoras da Revista *Hipathia*. Outra pensadora resenhada nesta obra, María Lugones (1948), nascida na Argentina, e atuando hoje como professora e pesquisadora na Universidade de Binghamton. O que aproxima estas duas pensadoras é a sua crítica articulada a partir de categorias de gênero, raça, etnia e sexo, em relação aos discursos totalizantes de uma identidade “latino-americana”, do passado e do presente, que não opera uma clivagem mais matizada em seu conjunto, impedindo a compreensão e inclusão da libertação das mulheres latino-americanas, consideradas em suas diferenças específicas, na análise dos “excluídos, explorados e oprimidos”.

Também a pensadora María Luisa Rivara de Tuesta (1930), peruana, que desenvolve uma história das ideias filosóficas a partir do pensamento pré-incaico no Peru, até o presente; e Gloria Comesaña-Santalices (1946), espanhola radicada na Venezuela desde 1954, que investiga a razão científica-tecnológica, os direitos humanos, a educação e a ecologia em nossos trópicos, a partir de uma perspectiva existencialista e feminista.

Sem percorrer aqui as quinze autoras citadas como filósofas - Marilena Chauí é a única mulher apresentada no capítulo “filósofos brasileiros” - salientamos o mérito desta obra de referência coletiva, que permite muitas “entradas e bandeiras” para a filosofia latino-americana. Há um empenho em apresentar as novas linhas de investigação filosófica, na passagem dos séculos XX para o século XXI, tais como: a “filosofia da pedagogia”, a “filosofia intercultural”, “o giro descolonial”, “a filosofia da libertação”, “a bioética”, “a filosofia ambiental”, “o indigenismo”, “a filosofia da economia”, e a “filosofia com crianças”, por exemplo, onde alguma vez aparecem nomes de mulheres como investigadoras, em uma ou outra destas linhas.

Destacamos, a seguir, alguns aspectos desta obra que são importantes para o que estamos buscando formular neste artigo. Em primeiro lugar, está o capítulo sobre “*El feminismo filosófico*”, como parte da seção *Corrientes Filosóficas del Siglo XXI*, escrito pela italiana residente no México e professora da UNAM, Francesca Gargallo Celentani. De um modo muito preciso, abrangente e atento, podemos recuperar algumas autoras latino-americanas, inclusive já citadas por Alan Guy, anteriormente – como María Luisa Rivara de Tuesta - e agregar outras pensadoras, como: Eli Bartra Muriá (1947), María Luisa Femenías (1955); Urania Ungo Montenegro (1955); Maya Cu (1970).

O cuidadoso panorama histórico da reflexão de pensadoras latino-americanas esboçado por Francesca Gargallo Celentani inclui pensadoras brasileiras precedentes e atuais. Em seu texto aparecem Teresa Margarida da Silva e Orta (1711-1793) ao lado de Flora Tristán, Juana Inés de la Cruz, e Juana Manso (1819-1875), argentina, como *protofeministas*. Seu texto segue por considerações teóricas sobre o pensamento feminista latino-americano em Graciela Hierro, Diana Maffía, Urania Ungo e Ofelia Schutte, articulando o debate atual das feministas aos aportes mais profundos de pensadoras “etnocríticas”, por assim dizer, como a pensadora Maya Cu, que entendemos se apresentar como pária, ou exilada – entre as culturas rurais e urbanas, indígenas e brancas, e mulheres de outras identidades sociais - por meio da categoria de “ser-como-si-mesma-entre-outras”.

A reflexão sobre a violência e as formas de discriminação das mulheres, não apenas no passado, mas especificamente no presente, aparecem em destaque nas pesquisas e proposições de pesquisadoras brasileiras como Sueli Carneiro e Jurema Werneck, acerca da discriminação racial, e de Rita Laura Segato, com sua categoria de feminicídio. Temas atuais, e recorrentes na história das mulheres, latinas e outras. Como se pode verificar no texto da *Cidade das Damas* (1405), de Christine de Pizan, especialmente em seu Livro Terceiro - o mais cristão de todos. Por aqui ficamos com a abertura do excelente capítulo escrito por Francesca Gargallo Celentani, lembrando que pensadoras como: Maria Firmina dos Reis, Nísia Floresta, brasileiras, junto com Graciela Hierro, Ofélia Schutte,

María Lugones, e Linda Martín Alcoff, estas, destacadas como filósofas, nesta obra, também se ocuparam destes temas. Assim nos inspira Francesca:

En el límite entre filosofía y literatura y entre práctica militante y teoría se ubica la mayoría de las experiencias de la cultura de las mujeres latinoamericanas, cuyo pensamiento ha expresado, desde la época colonial, su dificultad para aceptar y ser aceptada por el sistema hegemónico de transmisión de saberes y de la creación de ideas y de arte. (DUSSEL, MENDIETA y BOHÓRQUEZ, 2011, p. 418)

Em segundo lugar, comentamos o capítulo “*La filosofía de los ‘latinos’ en Estados Unidos*”, escrito por Eduardo Mendieta, colombiano, que destaca novamente as filósofas María Lugones, argentina, Ofélia Schutte, cubana, e Linda Martín Alcoff, panamenha, como exemplo de pensadoras latinas que trabalham e vivem nos Estados Unidos. O que nos faz pensar sobre *migrações e exílios*, entre países da América Latina, e entre o “Sul” e o “Norte”, não apenas para capturar identidades culturais que se movimentam entre territórios nacionais, mas também deslocam e miscigenam saberes e práticas sociais. Disso nos ocuparemos mais adiante.

Cabe ainda salientar que não encontramos nenhuma referência, nem neste capítulo, nem naquele tão importante sobre “*La filosofía de la pedagogia*” latino-americana, escrito pelo mexicano Jorge Zúñiga Martínez, em relação à pensadora Emilia Ferreiro (1936), argentina radicada no México, onde atualmente realiza suas pesquisas sobre os processos de aprendizagem da leitura e da escrita, que muito contribuíram para renovar as referências científicas e críticas da alfabetização escolar. No Brasil, esta pesquisadora é uma das autoras que fundamentam as bases da formação e das práticas de políticas públicas em alfabetização. Também se perde, neste capítulo, a oportunidade de retomar e integrar as considerações éticas e pedagógicas de Graciela Hierro sobre a educação das mulheres, as mais oprimidas dentre os oprimidos, as mais necessitadas de libertação e esperança, considerando-se a atenção dispensada ao nosso Paulo Freire, neste capítulo. Nesta direção, as brasileiras pensadoras da educação como Guacira Lopes Louro, fundadora do Grupo de Estudos de Educação e Relações de Gênero

(GEERGE), e autora, entre outros livros e artigos, de *O corpo educado. Pedagogias da Sexualidade* (2010), e Ester Grossi (1936) pesquisadora e co-fundadora do Grupo de Estudos sobre Educação, Metodologia de Pesquisa e Ação (GEEMPA) e THEMIS, ONGs desde 2002, deputada federal, e autora de diversos livros e artigos sobre educação matemática e alfabetização, entre os quais destacamos *Alfabetização em classes populares* (1991) bem poderiam ser aproximadas de suas colegas pensadoras mexicanas, argentinas, assim como de suas próprias conterrâneas brasileiras, como Nísia Floresta e Maria Firmina dos Reis e Lélia Gonzales.

Também o capítulo sobre “*La filosofía con niños*”, na parte *Temas Filosóficos*, desta obra de referência, escrito pela argentina Cristina Rochetti, merece um comentário. Por um lado, podemos considerar a novidade continental de uma filosofia *com* crianças, *para* crianças, e *das* crianças, demonstrada teórica e praticamente pelo projeto originalmente desenvolvido pelos estadunidenses Matthew Lipman e Ann Margaret Sharp. Tema este também investigado pelo argentino radicado nos Estados Unidos, Gareth B. Matthews, como parte de uma “pedagogia da filosofia”, que se reflete sobre uma “filosofia da pedagogia”, ao repensar, criativamente, as potências educacionais da filosofia na educação escolar, a partir das potências do pensamento das crianças. Junto com a expositora Cristina Rochetti, entendemos que, em cada um dos países latino-americanos onde esta proposta foi acolhida, *foram desenvolvidos* não apenas um, mas muitos modos de “degustação” intelectual e pedagógica desta novidade, especialmente por ter sido gerada nos Estados Unidos.

Assim, em complemento ao que se descreve neste capítulo, na apresentação de um breve panorama de sua recepção em países como Argentina, Chile, Peru e México, gostaria de destacar alguns dados sobre a difusão deste trabalho no Brasil, para não ficar a impressão - como se lê no texto, que nada diz sobre filosofia e crianças no Brasil - de que foi o argentino Walter Omar Kohan quem aqui iniciou esta proposta. Para corrigir esta ambiguidade, remeto os leitores a dois textos para esclarecer alguns dados: *Una otra mirada: niños y niñas filosofando em América Latina* (BERRÍOS e KOHAN, 1995), e “Notas para uma história do movimento *filosofia para crianças*

no Brasil” (WUENSCH, 1998c). No primeiro texto, aparecem algumas referências que podem ter mudado, relativamente a dados quantitativos, endereços e pessoas, sem alterar o fato de que também no Uruguai, Costa Rica, Cuba, Equador e Colômbia se realizaram experiências com o programa original de *filosofia para crianças*, de Matthew Lipman e Ann Margaret Sharp, assim como formação teórica e prática para docentes, nas décadas de 1980 e 1990.

No Brasil, destaco que foi Catherine Young Silva (1937-1993), educadora estadunidense naturalizada brasileira quem, tendo realizado seus estudos de mestrado com Matthew Lipman e Ann Margaret Sharp na Montclair University – EUA, em 1983, iniciou, junto com Ana Luiza Falcone, Marion Burleigh, e Sylvia Hamburger Mandel, a tradução de materiais didáticos desta proposta e a sua divulgação no Brasil. A criação do Centro Brasileiro de Filosofia para Crianças, com sede em São Paulo, SP, com a colaboração do Doutor em Filosofia da educação Marcos Antonio Lorieri, e professor da PUC-SP, favoreceu a formação de professores em todo o Brasil, resultando na criação de diversos centros regionais de *filosofia para crianças*, desenvolvimento de materiais alternativos, e muitos debates na mídia impressa e televisiva, onde filósofos e filósofas universitários prestigiados se mostravam céticos, relutantes ou indiferentes.

As contribuições de Walter Omar Kohan, excessivamente citado neste artigo, talvez em razão de suas extensas publicações sobre o tema, no Brasil e no exterior, não podem obliterar o fato de que, ao fazer a sua própria carreira acadêmica no Brasil, quando ingressou por concurso, para a vaga de *filosofia da educação* na Universidade de Brasília, em 1997, veio para agregar um valor específico no conjunto de um trabalho já em andamento nas diversas regiões do Brasil. Na ocasião, milhares de professores e professoras já atuavam, em escolas, e junto às secretarias de educação pública, municipais e estaduais, e por meio de programas de formação docente, universitários e escolares da rede privada de ensino, para que meninos e meninas pudessem filosofar em sala de aula.

Considerando os movimentos de pensadores e pensadoras pela América Latina, julgo que a categoria de *exílio* tem o poder de orientar e iluminar a nossa procura por pensadoras. Assim como a categoria de *pária*, exposta anteriormente, permite

localizar os modos de exclusão e inclusão, assim como quem é incluído ou excluído por estas modalidades, a categoria de exílio permite rastrear os deslocamentos, peregrinações, migrações e desterramentos de pensadoras entre as áreas de saber, giros de práticas sociais inovadoras, transposições de fronteiras culturais, e dispersão ou difusão de questões fundamentais. A metáfora sob a categoria de “exílio”, elaborada por María Zambrano (1904-1991), conserva a experiência vivida por esta pensadora espanhola, nos anos em que esteve em exílio pela América Latina (Chile, México, Porto Rico e Cuba, entre 1936 e 1953).

Para María Zambrano, o exílio é “*uma dimensão fundamental da experiência humana*”; em torno do seu sentido político original se reúnem outros sentidos. No exílio, se reconhecem as fronteiras rompidas, no movimento mesmo de ultrapassá-las. Então se abre o caminho, no próprio deslocamento que, afastando-se da origem natal, inicia a recordação, a “condenação à perpétua memória” (HUBERMAN-MUÑIZ, 2003, p. 17-18). Na condição de exilada, María Zambrano padece a injustiça do desterro, e conhece a injustiça do mundo; a terra natal, nunca completamente esquecida, agora se converte em toda a terra.

O que o ser exilado reconhece é que vivia, até aquele momento, de costas para a realidade, e que nascer agora para uma realidade nova é a sua maneira de evitar a morte. Falar em que consiste essa nova realidade é o propósito de sua vida. Por isto, sua experiência consiste em não esquecer, e na invenção do cotidiano. (HUBERMAN-MUÑIZ, 2003, p. 21, tradução nossa)

A categoria de exílio, em sua constelação de sentidos (político, existencial, ético, antropológico, estético, epistemológico, místico), permite-nos abarcar as experiências de movimentos, migrações, transposições de pensamentos de autoras que não se localizam originalmente na filosofia, mas a percorrem, a encontram, ou a deslocam para outros territórios do saberes e das práticas sociais. Também permite procurar por aquelas pensadoras que, não nascidas ou não residentes no Brasil e na América Latina, passaram por aqui, ou daqui se foram, tornando-se “estrangeiras”, e assim, aproximaram o distante, ou olharam de outro modo para a experiência habitual

dos “nativos”. Como Nísia Floresta, Emília Ferreiro, Ofelia Schutte, entre tantas outras, de distintos modos, sem esquecer as motivações políticas.

Algumas pensadoras brasileiras do século XX podem ser encontradas entre escritoras e poetisas, que também ocuparam espaços na mídia impressa e visual, especialmente em editoras, jornais ou revistas, e mesmo no cinema, como formadoras de opinião, reflexão, apresentando-nos o seu olhar para os temas abordados. Ou em movimentos sociais e educação popular. Ou criando novas instituições, métodos de trabalho ou tecnologias. A lista é imensa, e o critério será impreciso. Cabe, todavia, indicar possíveis nomes, que merecem uma investigação mais atenta.

Rose Marie Muraro e Lélia Gonzales podem encabeçar uma lista bem mais longa de pesquisadoras que também participaram ativamente em movimentos sociais no país. Rose Marie Muraro (1930-2014) estudou Física e Economia, atuando, junto com Leonardo Boff na Editora Vozes, onde editaram a impressionante marca de 1600 títulos, até a expulsão de ambos desta editora, em 1986, por ordem do Vaticano, por razões ideológicas. Enquanto Leonardo Boff divulgava a *Teologia da Libertação*, Rose Marie Muraro difundia o feminismo na militância cristã de esquerda. Entre os diversos títulos escritos por esta intelectual, destacamos os últimos textos: *Uma nova visão da Política e da Economia* (2007), *História do meio ambiente* (2007), *Educando meninos e meninas para um mundo novo* (2007). Mas consideramos fundamental a publicação da pesquisa coletiva que resultou em um livro angular para pluralizar a compreensão da condição da mulher em nosso país: *Sexualidade da Mulher Brasileira, corpo e classe social no Brasil* (1983).

Enquanto Rose Marie Muraro apresentava a articulação entre gênero e classe social no Brasil, Lélia Gonzales (1935-1994) evidenciava o nexo entre gênero e raça para o feminismo brasileiro. Graduada em Filosofia e História, e pós-graduada em Comunicação Social e Antropologia Política, Lélia Gonzales lecionou na rede pública de ensino médio e na universidade (PUC-Rio), e ajudou a fundar o Movimento Negro Unificado (MNU), o Instituto de Pesquisas das Culturas Negras (IPCN), o Coletivo de Mulheres Negras N’Zinga e o Olodum. Também atuou no Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), e

concorreu a deputada federal e deputada estadual, atuando como suplente. Entre artigos e ensaios, destaca-se “Por um feminismo afrolatinoamericano” (1988), de onde foi se forjando a categoria de “amefricanidade”. Publicou, com Carlos Hasenberg, os livros *Lugar de Negro* (1982), e *Festas Populares no Brasil* (1987), sendo este premiado na Feira Internacional do Livro, na Alemanha. Entre Maria Firmina dos Reis e Lélia Gonzales há muitas outras *personas* negras exemplares, cuja memória deve ser cultivada, e a obra, conhecida. Aprendemos, na investigação de mulheres pensadoras, no plural, na tentativa de tornar visível e inteligível a sua exemplaridade, que não há exceções: onde há uma, há outras, e quem bem procura, as encontra.

Para não esquecer: Patrícia Redher Galvão (1910-1962), mulher de muitos nomes (como Nísia Floresta), mais conhecida como Pagú, foi escritora, tradutora, poeta, desenhista, diretora de teatro, jornalista, envolvendo-se com o movimento modernista brasileiro, e seu romance, *Parque Industrial* (1933) foi traduzido e publicado, em 1994, nos Estados Unidos. Cecília Meireles (1901 – 1964) escritora, poetisa, colaboradora em jornais e rádio, professora e diretora escolar, produtora e conferencista em diversos países, ocupou-se dos problemas do ensino fundamental, e criou a primeira biblioteca infantil do Rio de Janeiro, em 1934. Entre os seus diversos títulos, conferir *Ou isto ou aquilo* (1964), *Problemas da Literatura Infantil* (1950), e *Obra Poética* (1958).

Clarice Lispector (1920-1977) migrante ucraniana, naturalizada brasileira, estudou Direito, mas a sua paixão pela literatura a levou para a tradução, e a escrita de contos, ensaios e romances. Também atuou como jornalista, entrevistando diversas personalidades nacionais. O mais surpreendente em torno de Clarice Lispector não é o reconhecimento de seu trabalho como um marco no cenário da literatura brasileira. O que espanta é que a sua obra seja considerada filosófica, e assim seja estudada, na Europa e na América do Norte. Mas não no Brasil, não nos cursos de filosofia contemporânea, não nos cursos de filosofia no Brasil. Nem na Universidade de Brasília, creio eu - que oferece uma disciplina optativa intitulada *Ideias Filosóficas em Forma Literária*, criada por Julio Cabrera, e que já lecionei algumas vezes - foi oferecido um curso sobre a filosofia de Clarice Lispector (os cursos que ofereci tratavam do

livro *A Cidade das Damas*, de Christine de Pizan). Foi preciso ler filósofas italianas, no meu caso, para descobrir o realismo de Clarice Lispector em *A paixão segundo G.H.* (MURARO, 1996, p. 89).

A lista pode ser acrescida de muitos outros nomes femininos, mas sem solução de tratamento adequado neste nosso texto: Raquel de Queiroz (1910-2003), Carolina Maria de Jesus (1914-1977), Zélia Gattai (1916- 2008), Hilda Hilst (1930-2004), Cassandra Rios (pseudônimo de Odete Rios, 1932 - 2002), Adélia Prado (1935), Ana Cristina César (1952-1983), Nélide Piñon (1937), Lya Luft (1938), só para citar alguns exemplos. Delas, li um ou outro livro, ou poemas, e bem me lembro de minha mãe também os ler, como é o caso de *A Asa Esquerda do Anjo* (1981), e *Reunião de Família* (1982), de Lya Luft, e de Nélide Piñon, *A casa da paixão* (1977). Nada acadêmico, só uma memória afetiva que aguarda releitura e reflexão atual.

A literatura e o cinema, cada qual ao seu modo, são espaços de pensamento próprio, autoral. E, se os nossos preconceitos filosóficos não restringirem a filosofia ao “sistema” europeu do século XVIII, ou ao estilo dissertativo, talvez possamos ler, ouvir e ver o pensamento em outros gêneros literários, e mesmo no cinema. Neste sentido, Julio Cabrera escreveu uma “crítica da razão logopática”, em favor do cinema (em sua relação com a literatura), como forma de pensar apaixonadamente, e criar ambientes onde os problemas propostos para pensar também possam ser sentidos, vividos como uma experiência, como uma forma de pensamento: uma forma de pensar com “conceitos-imagem” (CABRERA, 2006, p. 20 em diante). Porque a palavra, como fonte doadora de sentido, “razão poética”, em María Zambrano, não esgota, em si mesma, esta fonte. O sentido também pode habitar a imagem. É o que bem sabem as artistas plásticas, e pintoras de todos os tempos.

Mas quem encontrou um sentido original, inexplorado ainda, para as imagens do inconsciente foi Nise da Silveira (1905-1999), alagoana, formada em medicina e psiquiatria entre os anos 1926 a 1933, sendo afastada do serviço público entre os anos 1936 a 1944, durante o Estado Novo, por motivos políticos, e ficando presa por 18 meses no presídio Frei Caneca, sob acusação de comunismo (ela é uma das personagens de *Memórias do Cárcere*, de Graciliano Ramos). Reintegrada no

serviço público em 1944, inicia uma revolução no tratamento de doentes mentais do Centro Psiquiátrico Nacional Pedro II, recusando-se a aplicar neles eletrochoques, e substituindo as tradicionais tarefas domésticas que os internos executavam, a título de “terapia ocupacional”, por ateliês de modelagem e pintura. Os materiais produzidos nestes ateliês formaram o acervo do Museu de Imagens do Inconsciente, fundado por ela em 1952. Os resultados impressionaram tanto a doutora Nise, que ela escreveu a C. G. Jung, em 1954, relatando a experiência. Incentivada por ele, levou mostras do trabalho dos internos para o II Congresso Internacional de Psiquiatria em Zurique, Suíça. Realizou depois estudos no Instituto C.G. Jung (com bolsa do Conselho Nacional de Pesquisa do Brasil), em 1957-1958, onde retornaria ainda, em 1961- 1962. Nise da Silveira divulgou, no Brasil, o pensamento de C.G.Jung, e agregou a ele um valor inestimável de tratamento humanitário na psiquiatria brasileira, transformando os internos em “artistas-pacientes”. Além da arte como um meio de conexão dos pacientes com a realidade, por meio da expressão simbólica e criatividade produtora de sentidos, Nise da Silveira também inovou a psiquiatria nacional ao investigar o poder terapêutico do vínculo entre os doentes e os animais, notadamente os gatos, que livremente perambulavam, pelo Centro Psiquiátrico Pedro II, nomeando-os como “co-terapeutas”.

Observei que os resultados terapêuticos das relações afetivas entre o animal e o doente eram excelentes. Mas era difícil que esta ideia tivesse campo para desenvolver-se. No Brasil a aproximação entre doente e animal, infelizmente, ainda não era cultivada. A preocupação dos terapeutas, ao contrário, afastava o animal do doente, sob alegações inconscientes. Compensadoramente, amigos distantes foram solidários: o prof. Boris Levinson, psicanalista americano (...), o prof. S. Corson, da Universidade de Ohio (...). O que se tem observado é que animais como cães, gatos, peixes e pássaros são requisitados como novos terapeutas em hospitais franceses, canadenses, americanos e suíços, depois de ter sido constatado que eles são indispensáveis à melhora ou cura dos portadores de várias doenças. (SILVEIRA, 1998b, p.53)

Também é preciso considerar, filosoficamente, a “imagem em movimento”, no caso, o cinema. Entre as cineastas brasileiras, destacadas a seguir, indicamos apenas um de seus filmes: Suzana Amaral (1932) com *A Hora da Estrela* (1986); Norma Benguell (1935 – 2013), com *Eternamente Pagu* (1987); Helena Solberg (1942) com *A entrevista* (1966); Ana Carolina Teixeira Soares (1949) com *Das tripas coração* (1982); Tisuka Yamazaki (1949) com *Gaijin: ama-me como sou* (1980); Tereza Trautman (1951) com *Os homens que eu tive* (1973); Lúcia Murat (1949), com *Brava gente brasileira* (2000). Entre as cineastas latino-americanas, anotamos brevemente: as argentinas María Luisa Bemberg (1922-1995) com *Camila* (1984) e Lucrecia Martel (1966) com *La ciénaga* (2001); a mexicana María Novaro (1951) com *Danzón* (1991); a chilena Dominga Sotomayor (1985) com *Debajo* (2008); e a porto-riquenha Hilda Hidalgo (1970) com *Del amor y otros demonios* (2009). Cabe pensar que exercícios filosóficos poderiam ser feitos, a partir de seus filmes, a exemplo do que faz Julio Cabrera com os cineastas, em *O Cinema Pensa*.

A título de conclusão

Nos apontamentos apresentados aqui como um inventário inicial de pensadoras brasileiras e latino-americanas, duas categorias orientadoras tornaram possível dar a ver, e ouvir a voz de pensadoras, ainda reduzidas a “exceções”, ou “minorias” como autoras em obras de referências examinadas. Por meio da categoria de “pária”, podemos reconhecê-las como excluídas de uma memória oficial e curricular “androcentrada” e “nortecentrada”, ou também “eurocentrada” que domina a nossa formação cultural acadêmica. E por meio da categoria de “exílio”, podemos recuperar aquelas pensadoras em trânsito, entre áreas dos saberes e práticas culturais produtoras de modos de pensamento e existência não necessariamente acadêmica, assim como apreender os intercâmbios entre instituições e movimentos sociais e artísticos, e o movimento de pensadoras entre os países, na relação de miscigenação e afirmação cultural, entre “estrangeiros e nativos”.

Todavia, as lacunas são maiores do que os fios que tentamos estender, entre o pouco que sabemos, e o muito que

ignoramos, diante da tarefa de elaboração de uma possível história das pensadoras brasileiras e latino-americanas. O que foi reunido aqui apenas indica o muito que “restou de fora”. Estamos muito distantes dos registros e crônicas das mulheres na América, ou das contadoras e cantadoras de histórias africanas que aqui chegaram, pela diáspora negra. Ainda pensamos a história das pensadoras a partir das escritoras, como se o pensamento “autoral” habitasse privilegiadamente a palavra escrita. O cinema nos abre para outras formas de produção da cultura e outros modos de pensamento, sem o esgotar, apenas explorando possibilidades, desde o nosso presente. Mas também nos abre para a consideração de outros tipos de registros e vestígios do passado, entre os povos e pessoas que cultivaram a tradição oral como algo mais importante e fundamental do que a escrita – não por deficiência ou atraso, ou qualquer tipo de falta, mas como um ativo modo de ser, e como legítima possibilidade cultural e humana.

Não alcançamos a considerar, aqui, uma história oral das mulheres do passado e do presente, em suas práticas pedagógicas ou docentes, por meio do canto, por exemplo. Nem mesmo integramos, ainda, numa possível história das mulheres da América Latina e do Brasil, mulheres de distintas etnias que participam do inconsciente cultural que somos, por meio do que comemos, falamos, e cantamos hoje na América Latina, e no Brasil. Porque o desejo de ter uma “história toda nossa”, ou a pergunta pela participação das mulheres na “cultura superior” do pensamento que significa e justifica modos de vida, rompe silêncios e desvela invisibilidades, perguntando também sobre a exclusão e vulnerabilidade de todos os explorados ou vencidos, o que sempre recai mais pesadamente sobre as mulheres – e as crianças.

No seu livro *Por uma história do possível* (2012), a historiadora Susane Rodrigues de Oliveira nos mostra como fez para resgatar, pelos registros diretos e indiretos, como diários, crônicas, relatos e iconografias, a representação das mulheres incas feita pelos colonizadores. O que sugere a existência de um mundo outro, onde também outros papéis de autoridade e poder eram exercidos por mulheres - algo incompreensível para os cristãos europeus. Uma “história do possível”, categoria desenvolvida pela filósofa da história Tania Navarro-Swain,

talvez seja uma categoria adequada para pensar a organização de uma obra de referência para as pensadoras brasileiras e latino-americanas.

Concluimos este texto na esperança de que, por meio de um trabalho coletivo de pesquisadores de todas as áreas, possamos fazer uma obra de referência das pensadoras de todos os tempos do sul das Américas. Que comece pelo arcaico e inaugural, antes das fronteiras traçadas entre o Norte e o Sul, a América Hispânica e a América Portuguesa. Que a atual América Latina, no feminino, em sua pluralidade de vozes e cores, tenha outras matrizes. Que não precisemos mais tanto distinguir, reiteradamente, o Brasil da América Latina.

E como musas e mediadoras, que nos guiem no porvir as *huacas*, aquelas entidades multifacetadas do cotidiano pré-colombiano, ao modo destes seres “intermediários” de tantas civilizações, como os *daimones* da filosofia grega arcaica, a quem recorre Diotima em seu diálogo com Sócrates, no *Symposium* (ou Banquete) de Platão. E façamos aquelas oferendas, de todos os *orixás*, e daquelas mulheres amazônicas, os *muiraquitãs*, símbolos da gratidão e dos presságios para uma relação mais harmoniosa entre as distintas comunidades, entre homens e mulheres, vinculados na continuidade de si mesmos – com elas, e não contra elas.

Bibliografia

- ARENDETT, Hannah. *La tradición oculta*. Traducción de R.S. Carbó y Vicente Gómez Ibañez. Buenos Aires: Paidós, 2005 (a).
- BARRETO, Raquel de Andrade. *Enegrecendo o Feminismo ou Feminizando a Raça. Narrativas de Libertação em Angela Davis e Lélia Gonzalés*. Dissertação de Mestrado no PPG em História Social da Cultura, Departamento de História da PUC-Rio, 2005 (b).
- BARROS, Gracinda Vieira. “Sóror Juana Inés de la Cruz. A mulher na Cidade das Letras”. In: *Darandina*. Revista Eletrônica da Pós-graduação em Letras da Universidade Federal de Juiz de Fora. Anais do Simpósio Internacional Literatura, Crítica, Cultura V: Literatura e Política. <http://www.ufjf.br/darandina/eventos-2011/comunicacoes/> Acesso em 22/01/2015.

- BERRÍOS, Mario, e KOHAN, Walter Omar. *Una outra mirada: niños y niñas filosofando em América Latina*. México, DF: Universidad Iberoamericana Golfo Centro, 1995.
- BINGEMER, Maria Clara Lucchetti; YUNES, Eliana (org.). *Mulheres de Palavra: Hannah Arendt, Cecília Meireles, Simone Weil, Teresa de Ávila*. São Paulo: Loyola, 2003.
- CABRERA Julio. *Diário de um Filósofo no Brasil*. Ijuí, RS: Ed. Unijuí, 2010.
- _____. *O Cinema Pensa. Uma Introdução à Filosofia através dos Filmes*. Tradução de Ryta Vinagre. Rio de Janeiro: Rocco, 2006.
- COURTINE-DÉNAMY, Sylvie. *Hannah Arendt*. Tradução Ludovina Figueiredo. Lisboa: Instituto Piaget, 1999. Coleção História e Biografias.
- DUSSEL, Enrique; MENDIETA, Eduardo; BOHÓRQUEZ, Carmen (ed.). *El pensamiento filosófico latinoamericano, del Caribe y "latino" (1300-2000): historia, corrientes, temas y filósofos*. México: Siglo XXI, 2011.
- FÁVERO, Maria de Lourdes de A.; BRITTO, Jader de Medeiros. *Dicionário de Educadores no Brasil. Da Colônia aos dias atuais*. Brasília/MEC INEP, Rio de Janeiro/Editora UFRJ, 1999a.
- FLORESTA, Nísia. *Opúsculo Humanitário*. Introdução e Notas de Peggy Sharpe-Valadares. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: INEP, 1989.
- GUARDIA, Sara Beatriz. "Literatura e escritura feminina na América Latina." In: SACRAMENTO, Sandra Maria Pereira do. (org.) XII Seminário Nacional Mulher e Literatura e do III Seminário Internacional *Mulher e Literatura – Gênero, Identidade e Hibridismo Cultural (2007)* <http://www.uesc.br/seminariomulher/anais/> Acesso em 22/01/2015.
- GUY, Alain. *La Filosofía en América Latina*. Traducción de Blas Matamoro. Madrid: Acento Editorial, 1998 (a).
- HIERRO, Graciela. *De la domesticación a la educación de las mexicanas*. México, DF: Editorial Torres Asociados, 2002a .
- JAIME, Jorge. *História da Filosofia no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes; São Paulo: Faculdades Salesianas. Volumes 1 e 2 (1997), Volume 4 (2002b).
- LISPECTOR, Clarice. *Uma aprendizagem ou o livro dos prazeres*. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.
- _____. *De corpo inteiro*. (Entrevistas). Rio de Janeiro: Rocco, 1975.

MARTINO, Giulio e BRUZZESE, Marina. Las filósofas. *Las mujeres protagonistas en la historia del pensamiento. Apêndice "Pensadoras españolas", de Alicia H. Puleo*. Traducción al espanhol de Mónica Poole. Madrid: Ediciones Cátedra, 1996. Colección feminismos.

MUNIZ-HUBERMAN, Angelina. "María Zambrano y el concepto de exilio." IN: KAMAJI, Greta Rivara (coord.). *Vocación por la Sombra*. México, DF: Ëdere, 2003.

MURARO, Luisa. "Nuestra capacidad común de infinito". In: DIÓTIMA (coletivo de filósofas italianas). *Traer al mundo el mundo. Objeto y objetividad a la luz de la diferencia sexual*. Traducción de Maria Milagros Rivera Garretas. Barcelona: Icaria editorial, 1996.

MURARO, Rose Marie. *Sexualidade da Mulher Brasileira. Corpo e classe social no Brasil*. Rio de Janeiro: Petrópolis,RS: Vozes, 1983.

MUZART, Zahidé Lupinacci (org.). *Escritoras Brasileiras do Século XIX. Antologia*. Florianópolis: Editora Mulheres; Santa Cruz do Sul, RS: Ed.UNISC, 1999b.

OLIVEIRA, Susane Rodrigues de. *Por uma História do Possível. Representações das mulheres incas nas crônicas e na historiografia*. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2012 (a).

PERROT, Michele. *Mi historia de las mujeres*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2009.

PIZAN, Christine. *A Cidade das Damas*. Tradução e Apresentação de Luciana Eleonora de Freitas Calado Deplagne. Florianópolis: Editora Mulheres, 2012(b).

PORTAL, Magda. *Flora Tristán, Precursora*. Lima: Editorial La Equidad, 1983.

SCHUMAHER, Schuma, e BRAZIL, Érico Vital. *Dicionário de Mulheres do Brasil. De 1500 até a atualidade, biográfico e ilustrado*. Rio de Janeiro, Zahar, 2000 (a)

Acesso virtual em 10/02/2015
<http://www.mulher500.org.br/publicacoes/dicionario-mulheres-do-brasil.asp>

SILVEIRA, Nise. *Gatos, a emoção de lidar*. Rio de Janeiro: Léo Cristiano Editorial, 1998 (b).

TRISTÁN, Flora. *Peregrinações de uma pária*. Tradução de Maria Nilda Pessoa e Paula Berinson. Introdução de Roland Forgues. Florianópolis: Editora Mulheres; Santa Cruz do Sul, RS:Ed.UNISC, 2000(b).

WUENSCH, Ana Míriam. "O que Christine de Pizan nos faz pensar." In: *Graphos*. Revista Eletrônica da UFPB nº 15, 1s 2013

<http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/graphos/issue/view/1247/showToc> Acesso em 15/01/2015

_____. “Hannah Arendt e María Zambrano: pensadoras do nascimento.” In: SILVA, Úrsula Rosa da; MICHELON, Francisca F.; SENNA, Nádia da Cruz (org.). *Gênero, Arte e Memória. Ensaios Interdisciplinares*. Pelotas: Ed. da UFPel, 2009, pp. 131-150.

_____. “Sobre as mulheres, pensadoras e currículos de filosofia”. In: RIBAS, Maria Alice C. et al.(org.). *Filosofia e Ensino: a Filosofia na Escola*. Ijuí, RS: Ed. Unijuí, 2005, pp.93-110.Coleção Filosofia e Ensino, vol.7

_____. “Notas para uma história de *filosofia para crianças* no Brasil”. In: KOHAN, Walter Omar; WUENSCH, Ana Míriam. *Filosofia para Crianças: A tentativa pioneira de Matthew Lipman*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998(c), pp.43-83. Coleção Filosofia e Crianças/Filosofia na Escola

ZAMBRANO, María. *A Metáfora do Coração e outros Escritos*. Introdução e tradução de José Bento. Lisboa:Assírio & Alvim, 2000(c).

_____. *Hacia un saber sobre el alma*. Buenos Aires: Losada, 2005. Biblioteca de obras maestras del pensamiento.